

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.471 - MG (2019/0145420-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : JANE MAR BORGES DA SILVA
AGRAVANTE : MARCIA DUARTE DE ASSIS
AGRAVANTE : JUSSARA MARIA FERREIRA BARBOSA
AGRAVANTE : LUCIA MARIA DOS REIS
AGRAVANTE : JOUBERT CARVALHO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : EDILENE LOBO - MG074557
JULIANA PEREIRA BARROS - MG146091N
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE IPATINGA
ADVOGADOS : WEDERSON ADVINCULA SIQUEIRA - MG102533
MARCOS EZEQUIEL DE MOURA LIMA - MG136164

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por JOUBERT CARVALHO DE OLIVEIRA e OUTROS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

EMENTA: AGRAVO INTERNO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO - VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO - VERBA ALIMENTAR - PERIGO DE DANO DEMONSTRADO.

- Tendo os Agravados logrado êxito em demonstrar que, ao contrário do que fora asseverado na decisão agravada, as circunstâncias táticas que envolvem o caso concreto indicam que há perigo de dano decorrente da espera pelo julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, é o caso de, em juízo de retratação, não conceder o efeito suspensivo ao recurso formulado por ocasião da interposição do referido Agravo de Instrumento.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide, por analogia, o óbice da Súmula n. 735/STF, pois, conforme a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, é inviável, em regra, a interposição de recurso especial que tenha por objeto o reexame do deferimento ou indeferimento de medida acautelatória ou antecipatória, tendo em vista sua natureza precária e provisória, cuja reversão é possível a qualquer momento pela instância *a quo*.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que 'não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita a modificação a

qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito” (AgInt no AREsp n. 1.351.487/RS, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 17/12/2018).

Confira-se ainda o seguinte precedente: AgInt no AREsp n. 1.321.705/MS, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 12/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

